

SOBRE CONSERVAÇÃO, POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO VALE DO RIO TROMBETAS

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara
Mestre/doutorando PPGSD/UFF
leoalejandroga@yahoo.com.br

RESUMO ESTENDIDO

No ano de 1989, reuniram-se a portas fechadas os Presidentes da República do Brasil, da Mineração Rio do Norte – MRN e do recém criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, à época, para decidirem o destino de um espaço territorial situado no médio Trombetas, pertencente ao município de Oriximiná, na calha norte do Pará. O território em questão, que há mais de duzentos anos abriga, quase exclusivamente, peculiar grupamento humano, os remanescentes de quilombo da Amazônia, possui também imensas jazidas de bauxita, exploradas pela Mineração Rio do Norte, além de incomensurável biodiversidade e riqueza madeireira. Neste mesmo ano, pouco após a reunião, fora criada a Floresta Nacional Saracá-Taquera, pelo decreto 98.704 de 27 de dezembro de 1989, com cerca de 430.000ha e importância nacional.

A região do médio e alto Trombetas já se apresentava bastante conflituosa antes da criação da Floresta Nacional. Com as políticas governamentais de desenvolvimento experimentadas na Amazônia, principalmente na década de setenta, assistiu-se a implementação de grandes empreendimentos voltados à exploração de commodities e, concomitante e paradoxalmente, implementação de políticas de conservação ambiental. Em ambos os casos as pessoas que ali habitavam, muitas vezes, eram relegadas à invisibilidade, desconsideradas como se não existissem. Essa realidade se reproduz com a implantação do “Projeto Trombetas”, no início da década de setenta e com o começo das atividades comerciais da MRN, precisamente em 1979. Neste ano criou-se a Reserva Biológica do Rio Trombetas, com cerca de 408.000ha, através do decreto 84.018 de 21 de setembro de 1979. A Reserva

Biológica localizada na área à outra margem do rio que posteriormente se tornou a Floresta Nacional, se sobrepôs também ao território ocupado pelos remanescentes de quilombo, cerceando, ou mesmo criminalizando, seus modos de vida com base no extrativismo, na caça e na agricultura familiar. Neste contexto, tanto as políticas de desenvolvimento advindas com a exploração da bauxita, como as políticas de conservação impostas com a criação das duas unidades de conservação, geraram fortes conflitos socioambientais envolvendo as populações tradicionais, o governo e a mineradora. Nestes conflitos é que o presente estudo se debruça.

As comunidades quilombolas que ocupam a parte superior do Rio Trombetas, cujos territórios foram sobrepostos pela atividade mineira e pelas unidades de conservação (cerca de dezessete comunidades), recontam sua história e reafirmam sua identidade. Dizem que seus antepassados eram escravos que fugiram das fazendas de cacau e subiram as cachoeiras do Trombetas, onde as águas turbulentas lhes conferiram segurança contra a recaptura. Ali se instalaram, intercambiando culturalmente com os indígenas e construindo seus modos de vida. O passar do tempo lhes possibilitou descer para as águas mais mansas, ampliar significativamente seu contingente populacional e subsistir da fartura da pesca, caça e frutas da Amazônia, da agricultura e pequenas criações. A principal atividade econômica ainda é o extrativismo, sobretudo da castanha do Brasil, mas também da copaíba, do breu, do cipó titica etc. Outrora a economia se sustentava também na caça da onça para venda da pele e na pesca da Tartaruga-da-Amazônia, atividade que clandestinamente perdura e gera muito conflito, pois a *Podocnemis expansa* é o principal objeto de proteção da Reserva Biológica.

A história deste povo é uma história de liberdade e subjugação, ainda que nos momentos mais amenos (sem perseguição direta), o sistema de patronagem – dos latifundiários – ou o de atravessadores de seus produtos – dos regatões – ensejavam relações espoliadoras. Mas as políticas de conservação em conjunto com as desenvolvimentistas geraram impactos sem precedentes nos seus modos de vida e cultura. Com a proposta de uma hidrelétrica no final da década de oitenta em um local conhecido como Cachoeira Porteira, mesma região do trombetas onde se iniciam as quedas d'água, é que se dá o levante político deste povo. Assistidos e organizados pelas pastorais da Igreja Católica e posteriormente por organizações não governamentais, todo um processo de formação de uma cultura política e cidadã se inicia, culminando na criação da Associação dos Remanescentes de Quilombo de

Oriximiná –ARQMO e na inserção pública de uma pauta de reivindicações organizada.

No ano anterior da criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A mesma assegurou no artigo 68 de suas disposições transitórias o direito de titularidade de suas terras aos remanescentes de quilombo. Em 1995, na comunidade de Boa Vista, adjacente a Floresta Nacional em tela, é titulada como o primeiro território quilombola do Brasil, em uma negociação milimetricamente assistida pela MRN. Como em toda a área hoje pertencente a Floresta Nacional Saracá-Taquera era habitada e utilizada por diversas comunidades quilombolas e ao mesmo tempo em seus platôs é que se encontram as jazidas de bauxita, criar a Floresta Nacional foi uma estratégia que assegurava o controle das terras pelo “governo”, já que se trata de um espaço territorial protegido de posse de domínio público e na época, disciplinada pelo Código Florestal, possibilitava a “exploração dos recursos naturais”, ao mesmo tempo impossibilitava a titulação das terras quilombolas nestas áreas de interesse estratégico. Uma espécie de política ambiental expropriatória. Elucidar a relação entre políticas de desenvolvimento e políticas de conservação ali experimentadas é precisamente o objetivo da presente pesquisa.

O estudo tem como estratégias de investigação: a) a pesquisa de campo, com vivências nas comunidades quilombolas, junto aos órgãos gestores das unidades de conservação, caminhadas transversais pelos territórios em questão, vivências no distrito de Porto Trombetas (cidade enclave da MRN), b) entrevistas narrativas e semiestruturadas com atores sociais das comunidades quilombolas, agentes dos órgãos do governo local e de Brasília, atores da Mineração Rio do Norte –MRN, representantes das pastorais da Igreja e das ONGs e cidadãos de Oriximiná; c) pesquisa documental com os projetos sociais e estudos ambientais da mineração, com pareceres, autos de infração, posicionamentos, planos de manejo das unidades, ações no judiciário e Ministério Público, documentos oficiais e com os documentos e atuações das associações dos quilombolas, atas dos conselhos gestores das unidades e audiências públicas; d) bibliografia especializada em conflitos socioambientais e antropologia simétrica.

Referências:

ACEVEDO, Rosa. CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas:** guardiões de matas e rios. Belém: UFPA, 1993.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In:* ACSELRAD, Hanri.(org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll. 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

URBAN, Tereza. **Saudades do matão**. Paraná: UFPR, 1998.